



PUBLICAÇÃO: 06: 06/12/2017



Sobre a Divisão de Pessoas com Risco, Saúde Comportamental e Resiliência Comunitária (ABC)

Declaração de Visão

Todos os indivíduos e comunidades afetados por emergências e desastres de saúde pública têm acesso e recebem os serviços de saúde pública, médicos e de saúde comportamental que precisam promover e garantir a **resiliência individual** e comunitária e a segurança nacional da saúde.

Declaração de missão

A ABC garante que o acesso e as necessidades funcionais dos indivíduos em risco, a saúde comportamental e a **resiliência da comunidade** estão integrados nas atividades de saúde pública e preparação para emergências médicas, resposta e recuperação do país, fornecendo liderança política, conhecimentos especializados e coordenação para atender às necessidades dos mais afetados por um desastre.

Pessoas em risco

Pessoas em risco são pessoas com acesso e necessidades funcionais que podem interferir com sua capacidade de acessar ou receber atendimento médico antes, durante ou após um desastre ou emergência. Independentemente do diagnóstico, status ou rótulo específico, o termo "acesso e necessidades funcionais" são definidos da seguinte forma:

- **Necessidades baseadas em acesso:** todas as pessoas devem ter acesso a determinados recursos, como serviços sociais, acomodações, informações, transporte, medicamentos para manter a saúde e assim por diante.
- **Necessidades baseadas em função :** as **necessidades baseadas em função** referem-se a restrições ou limitações que um indivíduo pode ter que requer assistência antes, durante e / ou após uma emergência de emergência ou desastre.

A Lei de Reautorização de Preparação para Pandemia e Riscos para Todos 2013 define pessoas em risco como crianças, idosos, mulheres grávidas e indivíduos que podem

precisar de assistência de resposta adicional. Exemplos dessas populações **podem incluir, entre outros**, indivíduos com deficiência, indivíduos que vivem em ambientes institucionais, indivíduos de diversas culturas, indivíduos que possuem proficiência limitada em inglês ou que não falam em inglês, indivíduos com destruição de transporte, indivíduos que vivem sem moradia, indivíduos com transtornos médicos crônicos e indivíduos com dependência farmacológica.

Saúde comportamental

A saúde comportamental do desastre é a provisão de serviços de saúde mental, abuso de substâncias e tratamento do estresse para sobreviventes de catástrofes e respondedores. Na sequência de um evento de emergência, é comum aos indivíduos e às famílias, bem como os agentes de emergência, experimentar sofrimento e ansiedade sobre segurança, saúde e recuperação. Desastres naturais, ataques terroristas e outras emergências nos últimos anos, juntamente com pesquisas recentes sobre os impactos desses eventos, evidenciaram a necessidade de recursos para a saúde comportamental de desastres. Os profissionais de saúde comportamental treinados em resposta a desastres frequentemente trabalham em abrigos, instalações médicas e psiquiátricas ou podem se envolver em atividades de divulgação e educação nas comunidades para facilitar a **resiliência** e recuperação de sobreviventes e respondedores.

Resiliência comunitária

A visão para a segurança da saúde descrita na [Estratégia Nacional de Segurança em Saúde \(NHSS\)](#) é construído sobre uma base de **resiliência da comunidade**: a capacidade sustentada das comunidades para resistir e recuperar-se da adversidade. As comunidades resistentes incluem indivíduos saudáveis e famílias com acesso a cuidados de saúde, tanto físicos como psicológicos, e com o conhecimento e os recursos para cuidar de si mesmos e de outras pessoas em situações de rotina e de emergência. A **resiliência** aprimorada é considerada crítica para mitigar as vulnerabilidades, reduzir as consequências negativas para a saúde e restaurar rapidamente o funcionamento da comunidade. A ABC trabalha para promover estratégias para a construção da **resiliência individual e comunitária** que incluam a saúde comportamental e as necessidades funcionais de indivíduos em risco. Tais estratégias melhorarão a capacidade das comunidades de maximizar recursos, atender às necessidades,

FONTE: <http://www.phe.gov/Preparedness/planning/authority/nhss/Documents/nhss-ip.pdf>

FONTE: <http://www.phe.gov/Preparedness/planning/authority/nhss/guides/Pages/default.aspx>



Setor elétrico brasileiro já incorpora metas da ONU em estratégias de negócio, revela relatório

A Rede Brasil do [Pacto Global da ONU](#) divulgou neste mês (4) os resultados preliminares de estudo que avalia a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) por empresas do setor elétrico. Das 20 organizações participantes, 65% informaram já considerar a Agenda 2030 em suas estratégias de negócios para a promoção de boas práticas.

Realizada em parceria com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP), e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a pesquisa aponta ainda que os ODS de nº 7 — [Energia Limpa e Acessível](#) —, nº 9 — [Indústria, Inovação e Infraestrutura](#) — e nº 12 — [Consumo e Produção Responsáveis](#) — são os mais relevantes para as companhias entrevistadas.

O estudo foi realizado no âmbito da iniciativa “Integração dos ODS no Setor Elétrico Brasileiro”, uma parceria do Pacto Global com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), a CPFL Energia e a ENEL. O programa é liderado pelo grupo de trabalho de Energia e Clima da rede de empresas brasileiras comprometidas com as metas e princípios da ONU.

Para o diretor de Sustentabilidade da CPFL Energia, Rodolfo Sirol, a implementação da Agenda 2030 ainda é um desafio e exige mudanças de paradigmas na gestão pública e privada. Segundo o executivo, isso engloba desde uma mudança na linguagem e a necessidade de atuação em parcerias até o desdobramento dos compromissos assumidos em políticas, metas e alocação de recursos que beneficiem a população brasileira.

“Ao mesmo tempo, ela (a Agenda 2030) representa uma grande oportunidade para que as empresas façam parte da solução de problemas globais, explorem novos mercados e criem novos produtos e serviços que ajudem os seus países a atingir os ODS. É a chance de todos nós falarmos uma linguagem global e trabalharmos numa causa em parceria”, completa.

“Um de nossos objetivos com a análise é justamente criar um modelo que inspire outros setores, além de influenciar em uma agenda pública”, acrescenta o gerente de Sustentabilidade da CPFL, Carlo Pereira.

Entre os resultados da pesquisa já divulgados, estão dois mapeamentos sobre quais são os ODS mais relevantes para o setor em termos de contribuições para o alcance das metas e oportunidades de negócios. Levantamentos se distinguem pela atuação de cada empresa — um mapa foca em organizações com atividades concentradas em geração; outro reúne as que focam em distribuição e transmissão.

Conforme já esperado, o ODS de nº 7 foi elencado em primeiro lugar por todas as empresas participantes do estudo, tanto como oportunidades de negócios para o setor, como no que tange aos impactos que o ramo poderá ter para o cumprimento das metas estipuladas pela Agenda 2030.

No que se refere à matriz de empresas de distribuição e transmissão, ainda aparecem com forte destaque os ODS de nº 9, 12 e 8 — [Trabalho Decente e Crescimento Econômico](#). Já entre os listados como de menor relevância para essas empresas, ficaram os ODS de nº 1 — [Erradicação da Pobreza](#) —, 2 — [Fome Zero e Agricultura Sustentável](#) — e 14 — [Vida na Água](#).

Já as empresas ligadas à geração também apontaram o ODS de nº 7 em primeiro lugar quanto aos impactos que suas atividades podem ter no alcance das metas. Contudo, quando se trata das oportunidades de negócios, o ODS de nº 9 foi apontado como o de maior relevância para este subgrupo. Outros destaques da matriz de companhias de geração foram os ODS de nº 13 — [Ação contra a Mudança Global do Clima](#) — e 12.

Os ODS 14, 15 — [Vida Terrestre](#) — e 16 — [Paz, Justiça e Instituições Eficazes](#) — foram os que apresentaram menor grau de relevância para o conjunto de entidades que operam na área de geração.

FONTE: <http://www.pactoglobal.org.br/Artigo/328/Rede-Brasil-promove-estudo-inehdito-sobre-os-ODS-no-setor-eletrico>

**Global Index
Insurance Facility**



FÓRUM ÍNDICE DE SEGUROS

União Européia

A União Europeia é constituída por 27 Estados-Membros que decidiram unir progressivamente o seu saber-fazer, recursos e destinos. Juntos, durante um período de ampliação de 50 anos, eles construíram uma zona de estabilidade, democracia e desenvolvimento sustentável, mantendo simultaneamente a diversidade cultural, a tolerância e as liberdades individuais. A União Europeia está empenhada em compartilhar suas realizações e seus valores com países e povos além de suas fronteiras.

A agricultura sustentável e a segurança alimentar estão no topo das agendas da UE, G8 e G20. Com mais de 70% dos pobres do mundo vivendo em áreas rurais, o apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural é fundamental para reduzir a pobreza e aumentar o crescimento. Além disso, até 90% das populações em muitos países em desenvolvimento dependem da agricultura e da agricultura para sua vida, pois fornecem renda, emprego e alimentos, bem como matérias-primas para a indústria e as exportações.

O Desenvolvimento e a Cooperação EuropeAid investe anualmente cerca de 1 bilhão de euros anualmente em agricultura sustentável e segurança alimentar, investindo especificamente no fortalecimento da capacidade de resistência e desenvolvimento de capacidade.

<https://ec.europa.eu/europeaid/>

Japão

O Ministério das Finanças do Japão é um dos principais doadores do GIIF. O MOF é um parceiro estratégico de longo prazo para os Serviços de Assessoria da IFC e apóia os esforços do WBG para promover mercados efetivos e sustentáveis para os setores de agricultura, microfinanças e habitação.

<http://www.mof.go.jp/english/index.htm>

A Holanda

O Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos é o canal através do qual o governo holandês se comunica com governos estrangeiros e organizações internacionais. Os holandeses são o segundo maior doador da IFC e o primeiro doador a apoiar o GIIF. Este parceiro chave para a WBG está focado na erradicação da pobreza extrema e no apoio a um crescimento sustentável e inclusivo globalmente.

<https://www.government.nl/ministries/ministry-of-foreign-affairs>

ACP

O Grupo de Estados de África, Caribe e Pacífico (ACP) é uma organização criada pelo Acordo de Georgetown em 1975. É composto por 79 estados africanos, caribenhos e pacíficos, com todos, salvo Cuba, signatários do Acordo de Cotonou, também conhecido como o "Acordo de Parceria ACP-CE" que os vincula à União Europeia. Existem 48 países da África subsaariana, 16 do Caribe e 15 do Pacífico.

Os principais objetivos do Grupo ACP são:

- Desenvolvimento sustentável dos seus Estados-Membros e sua integração gradual na economia global, o que implica tornar a redução da pobreza uma questão de prioridade e estabelecer uma ordem mundial nova, mais justa e mais equitativa;
- Coordenação das actividades do Grupo ACP no âmbito da aplicação dos acordos de parceria ACP-CE;
- Consolidação da unidade e solidariedade entre os Estados ACP, bem como compreensão entre os seus povos; e
- Estabelecimento e consolidação da paz e da estabilidade numa sociedade livre e democrática.

Lista de países ACP

Angola - Antígua e Barbuda - Belize - Cabo Verde - Comores - Bahamas - Barbados - Benim - Botswana - Burkina Faso - Burundi - Camarões - República Centro-Africana - Chade - Congo (Brazzaville) - Congo (Kinshasa) - Ilhas Cook - Cte d ' Ivoire - Cuba - Djibouti - Dominica - República Dominicana - Eritreia - Etiópia - Fiji - Gabão - Gâmbia - Gana - Grenada - República da Guiné - Guiné-Bissau - Guiné Equatorial - Guiana - Haiti - Jamaica - Quênia - Quiribati - Lesoto - Liberia - Madagascar - Malawi - Mali - Ilhas Marshall - Mauritânia - Maurícia - Micronésia - Moçambique - Namíbia - Nauru - Níger - Nigéria - Niue - Palau - Papua Nova Guiné - Ruanda - São Cristóvão e Neves - Santa Lúcia - St.Vicente e Granadinas - Ilhas Salomão - Samoa - São Tomé e Príncipe - Senegal - Seychelles - Serra Leoa - Somália - África do Sul - Sudão - Suriname - Suazilândia - Tanzânia - Timor Leste - Togo - Tonga - Trinidad e Tobago - Tuvalu - Uganda - Vanuatu - Zâmbia - Zimbabwe

InsuResilience

A Iniciativa G7 sobre Seguro de Risco Climático visa aumentar o acesso à cobertura de seguro direta ou indireta contra os impactos das mudanças climáticas em até 400 milhões das pessoas mais vulneráveis nos países em desenvolvimento até 2020.

De acordo com estimativas recentes, apenas cerca de 100 milhões de pessoas em países em desenvolvimento e economias emergentes estão atualmente cobertas pelo seguro de risco climático.

Também conhecida como "InsuResilience", a iniciativa (link é externa) foi adotada na Cúpula do G7 em Elmau / Alemanha, em junho de 2015 (o link é externo) e deve ser implementado em estreita parceria entre os estados do G7, países em desenvolvimento e economias emergentes .

O G7 reconhece que um financiamento significativo será necessário e pode alavancar vários bilhões de dólares de risco do setor privado de seguros e reassurance.

Abordagens inovadoras necessárias para chegar mais vulneráveis

O objetivo geral da iniciativa é estimular a criação de mercados efetivos de seguros de risco climático e o uso inteligente de esquemas relacionados ao seguro para pessoas e ativos propensos a riscos em países em desenvolvimento.

Embora a iniciativa se centre principalmente em instrumentos de seguros, ela deve ser complementada com abordagens inovadoras e não tradicionais para alcançar os pobres e os mais vulneráveis.

O G7 está atualmente preparando um plano de ação rápido de medidas-chave iniciais antes da **Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Paris (COP21, 30 de novembro a 11 de dezembro)**. O foco principal do plano de ação rápida é a expansão das instalações de risco regionais existentes.

FONTE:http://www.bmz.de/g7/en/Entwicklungspolitische_Schwerpunkte/Klimawandel/index.html



Baixa condição socioeconômica e desastres

Volume 13 Issue 2 - 2017 (PDF | 1.1 MB)

- Uma abordagem em rede: como o Missouri aborda as **necessidades de saúde comportamental dos residentes após desastres** (Contribuição de Joan Keenan, MBA, PHR, SHRM-CP, Coordenador [Aposentado], Office of Disaster Services, Missouri Department of Mental Health)
- O CCP da Virgínia Ocidental **ajuda as comunidades rurais após uma inundação de mil anos** (Contribuído por Marcie Vaughan, MA, Psicóloga e CEO licenciada, Seneca Health Services e People Reaching Out in West Virginia (PRO WV) Equipe de Programação de Assistência e Treinamento de Crise, West Virginia Bureau para instalações de saúde e saúde comportamental)
- **Baixo nível socioeconômico Comunidades em tempos de desastre: Compreender os desafios** (Contributo de Adrienne Fessler Belli, Ph.D., LCSW, Diretora do Departamento de Desastres e Terrorismo, Divisão de Serviços de Saúde Mental e Dependências, Departamento de Serviços Humanos de Nova Jersey)

FONTE:<https://www.samhsa.gov/sites/default/files/dialogue-vol-13-issue-2.pdf>

EVENTOS



ONU oferece bolsas de estudo para profissionais de direito internacional

As Nações Unidas oferecem bolsas de estudo em curso de direito internacional no âmbito do Programa da ONU de Assistência ao Ensino, Estudo, Disseminação e Ampla Apreciação do Direito Internacional.

O Curso Regional das Nações Unidas em Direito Internacional para a América Latina e o Caribe, edição 2018, é organizado pela Divisão de Codificação do Escritório das Nações Unidas de Assuntos Jurídicos, em cooperação com o governo do Chile e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O curso será realizado nas instalações da CEPAL em Santiago, de 23 de abril a 18 de maio de 2018, em inglês, e receberá até 30 participantes, com ou sem bolsa.

As candidaturas serão aceitas até 8 de janeiro de 2018.

Eventuais dúvidas podem ser tiradas na seção 'FAQs'. Dúvidas adicionais podem ser tiradas exclusivamente com os organizadores do curso, pela seção 'Contact'.

Todos os detalhes de como concorrer ou se inscrever estão em

<http://legal.un.org/poa/rcil/laac/index.html>



Convite

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais tem o prazer de convidar para o workshop de lançamento da Plataforma de Monitoramento, Análise e Alerta - TerraMA² adaptada para queimadas e incêndios florestais brasileiros.

O desenvolvimento dessa plataforma decorreu de uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente Brasileiro realizada no INPE entre 2015 – 2017 com recursos britânicos por meio do DEFRA – Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais, disponíveis no Banco Mundial e administrados pela Funcate.

15 de Dezembro de 2017 - 8h30
INPE – São José dos Campos
Av. dos Astronautas, 1758
Auditório Dr. Fernando de Mendonça- LIT

TerraMA2Q

Webinar on-line pelo **MundoGEO**

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Programa Queimadas
Monitoramento por Satélites

PROGRAMA CERRADO
INPE

Funcate
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais

GREAT
BRITAIN

DEFRA
Department for Environment Food & Rural Affairs

WORLD BANK GROUP

Ministério do Meio Ambiente

TerraMA²

Informações e Programação:
www.dpi.inpe.br/terrama2



* confirmar presença pelo email: terrama2@dpi.inpe.br

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>